

Membros do CFE podem sofrer devassa bancária

A procuradora da República do Distrito Federal, Deborah Duprat de Britto Pereira, pediu ontem ao Banco Central e à Receita Federal a quebra do sigilo bancário e fiscal dos 24 integrantes do Conselho Federal de Educação (CFE), órgão sob suspeita de favorecer as faculdades e universidades particulares. Deborah Duprat quer examinar também o patrimônio de oito instituições privadas de ensino superior.

As ações da Procuradoria Geral da República deverão apressar a demissão do presidente do CFE, Manoel Gonçalves Ferreira, acusado de advogar contra o Governo, ao mesmo tempo em que desempenha função pública. A saída de Manoel Gonçalves, que na semana passada chegou a ser criticado publicamente pelo ministro da Educação, Murílio Hingel, é esperada, para a próxima segunda-feira. Antes de deixar o cargo, ele terá de responder a um pedido de explicações já encaminhado pela Procuradoria.

A investigação da Procuradoria do Distrito Federal dá continuidade

a denúncias que tramitam há quatro anos contra o CFE na Procuradoria de São Paulo. Com base em denúncia recente feita pelo deputado Augusto Carvalho (PPS-DF), autor de pedido de instalação de CPI na Câmara contra o CFE, Deborah Duprat determinou também que a Receita repasse ao Ministério Público "todas as informações fiscais" disponíveis sobre oito instituições particulares de ensino superior.

São elas: a Associação Princesa Isabel de Ensino, Academia Paulista Anchieta, Associação Prudente de Ensino e Cultura, Associação de Ensino de Marília, Instituto Comunicação Publicitária, Associação de Ensino Superior Paulista, Sociedade Civil de Educação Braz Cubas e Instituto Alberto Mesquita Camargo. Estas escolas, segundo a denúncia de Carvalho, teriam importado equipamentos diversos, utilizando-se da isenção fiscal garantida por títulos de filantropia, "sem incorporar estes bens aos respectivos patrimônios". (AE)